Informativo do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro
Fundado em 16 de julho de 1977. Edição concluída em 14/12/2018

Educação pública: 2019, a certeza da luta e da resistência

O resultado das urnas em novembro, com a eleição de candidatos comprometidos com uma pauta conservadora e obscurantista para a presidência e governo do Rio de Janeiro - e já com as gestões em curso nos municípios do Rio, Duque de Caxias e outras prefeituras - abre a perspectiva de uma enorme necessidade da luta para garantir direitos e a existência do movimento civil organizado. Para avançarmos nas nossas conquistas e garantir direitos precisamos iniciar 2019 com assembleias massivas das redes municipais e da rede estadual; definir as pautas específicas de cada município e encaminhar as pautas comuns a todas as redes.

O Sepe também vem se reunindo com o Ministério Público para elaborar uma pauta conjunta (redes estadual e municipais), em 2019, com os seguintes temas: cumprimento do piso nacional, implementação do 1/3 de planejamento e cumprimento (ou implementação) do PCCS – páginas 9 e 10.

Para reforçar e direcionar a defesa contra os ataques à educação pública que ocorrerão no próximo ano, no dia 8 de dezembro, o Conselho Deliberativo do Sepe aprovou sua resolução política – página 2.

(foto: Beto Padilha)

Aposentados realizaram 41º Encontro em Teresópolis

Resolução Política do Conselho Deliberativo do Sepe: organizar a luta em 2019 contra os ataques à Educação

O Conselho Deliberativo do Sepe, reunido dia 08 de dezembro de 2018, aprova e torna pública a seguinte Resolução Política:

Precisamos organizar a luta em 2019 contra os ataques à Educação: A vitória de Bolsonaro/Witzel significa ataques para o movimento pelos direitos sociais dos trabalhadores e torna pior a correlação de forças sociais para os interesses dos trabalhadores. As propostas de Paulo Guedes de implementação de um neoliberalismo exacerbado apresentam a perspectiva de ampla retirada de direitos trabalhistas, com o fim do Ministério do Trabalho, colocando-nos em uma nova etapa da luta de classes no Brasil.

Durante o processo eleitoral, vimos a ocorrência de episódios que são antessala do fascismo, apoiados nos discursos da família Bolsonaro, que resultaram no assassinado de Moa do Katendê, na Bahia, e na invasão coordenada da polícia em pelo menos uma sede do Sepe e em dezenas de universidades públicas. Esses foram alguns exemplos, além da efetivação do macarthismo pelas fakenews. Não citaremos todos aqui. Casos dessa natureza se somam a anúncios do presidente eleito que diz que irá, via o aprofundamento da lei "antiterrorismo" criada nos governos anteriores, tipificar como terroristas as lutas por terra e moradia, incluindo aí as comunidades indígenas que lutam pela demarcação de suas terras, e assim criminalizar as lideranças. Estão sob ameaça, portanto, as poucas liberdades democráticas conquistadas pela luta de nosso povo. No terreno econômico, o governo eleito não só anuncia que pretende aprovar a Reforma da Previdência fatiada (com idade mínima de 65 anos, 40 anos de contribuição, previdência complementar privada, benefícios com 70% do valor do salário mínimo etc.), como busca acelerar a aprovação do projeto "Escola sem Partido", do ensino à distância, da desprofissionalização da Educação Infantil, além do fim do Ministério do Trabalho, da implantação da "Carteira de Trabalho Verde-Amarela" sem direitos, da privatização da quase totalidade das empresas estatais, entre outras medidas.

O governo eleito aposta, como prioridade, no fim ou redução drástica do déficit fiscal. Isso significa o desmonte de todos os serviços públicos e um brutal ataque aos servidores. Essa é uma das estratégias para avançar na retirada de direitos da classe trabalhadora, reduzindo os serviços prestados à maior parte da população e mercantilizando as políticas públicas como forma de atender aos interesses do capital. Ainda nesse cenário, o ataque à Educação Pública, com os projetos como o "Escola sem Partido" e todas as formas de cerceamento da liberdade de ensinar, estudar e aprender, são tentativas de rebaixar a qualidade do ensino contribuindo para o apassivamento da classe trabalhadora e ampliação do senso comum. O discurso de "ódio" às/aos professoras/es e de combate aos "privilégios" e as promessas de militarização da vida revelam quem são os alvos do futuro governo: professoras/es, servidores públicos e trabalhadores/as mais pobres. O Rio de Janeiro é o laboratório dessa política.

Construir uma ampla unidade entre os diversos setores da classe trabalhadora

Cabe aos sindicatos conscientizar, agitar, organizar e mobilizar desde já a categoria contra as reformas neoliberais. É preciso ir criando desde já as condições para que o movimento dos trabalhadores possa tomar iniciativas contundentes, como foi a Greve Geral de abril de 2017 que impediu a aprovação da Reforma da Previdência. A proposta de Reforma da Previdência apresentada por Bolsonaro consegue ser ainda pior do que a apresentada pelo Temer, porque é inspirada no modelo chileno, onde o trabalhador se aposenta com cerca de meio salário mínimo, mesmo trabalhando mais anos para se aposentar.

Os governos estão implementando uma perigosa rotina de cunho empresarial nas escolas públicas nas quais a avaliação por desempenho baseada em metas irreais vem impondo às/aos educadoras/es o sobretrabalho, perda da autonomia político-pedagógica como na proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), além de criar a competitividade entre as escolas. Some-se a isso a discriminação de um ensino reduzido para os filhos da classe trabalhadora, voltado apenas para o mundo do trabalho, e um ensino amplo para os filhos dos ricos. Certamente a introdução desse receituário empresarial neoliberal visa responsabilizar as/os educadoras/es pelo fracasso escolar, além de estimular uma prática educativa acrítica, com a possibilidade de ampliação da precarização do ensino com a adoção do ensino à distância. No caso do futuro governo Bolsonaro/Witzel, a tentativa de implementar o projeto "Escola sem Partido", que visa acabar com a pluralidade de ideias nas escolas, é a consolidação desse processo. Por isso, precisamos mobilizar a categoria para barrar mais esse retrocesso.

Neste momento, precisamos construir uma ampla unidade entre os diversos setores da classe trabalhadora, participando de todas as iniciativas políticas construídas de forma unitária. Só assim poderemos derrotar a tentativa do governo de retirar nossos direitos trabalhistas e nossa autonomia pedagógica. Seguiremos acreditando que só a luta organizada nas ruas mudará nossas vidas.

Expediente:

Conselho de Classe é uma publicação do Sepe/RJ - Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro.
Fundado em 16 de julho de 1977.

Sede central: Rua Evaristo da Veiga, 55, 7º/8º andares andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20031-040 - Tel. 2195-0450. www.seperj.org.br

Produção da Secretaria de Imprensa do Sepe/RJ - Tiragem desta edição: 30 mil

Assembleia da rede municipal do Rio de Janeiro discute resistência a Crivella (foto: Samuel Tosta)

Organizar a luta em 2019 contra os ataques à educação

Com a eleição nos governos do Rio e Brasília de candidatos com discurso neoliberal de ataques aos serviços públicos, caberá aos sindicatos conscientizar, agitar, organizar e mobilizar os trabalhadores na resistência às contrarreformas. É preciso criar de imediato as condições para que o movimento dos trabalhadores possa tomar iniciativas contundentes, como foi a greve geral de abril de 2017, que impediu a aprovação da reforma da Previdência. A proposta de reforma da Previdência apresentada por Bolsonaro consegue ser ainda pior que a apresentada pelo Temer, porque é inspirada no modelo chileno, onde o trabalhador se aposenta com cerca de meio salário mínimo, mesmo trabalhando mais anos para se aposentar.

O presidente eleito escolheu como ministro da Economia Paulo Guedes. Notório membro de Escola econômica neoliberal, já apresenta a perspectiva de ampla retirada de direitos trabalhistas. Para isso começou anunciando o fim do Ministério do Trabalho e a reforma da previdência.

Escola pública não é empresa

Os governos estão implementando uma perigosa rotina de cunho empresarial nas escolas públicas nas quais a avaliação de desempenho baseada em metas irreais vem impondo aos educadores o sobretrabalho, perda da autonomia político-pedagógica como na proposta da Base Nacional Curricular Comum, além de criar a competitividade entre as escolas. No dia 04/12, o Conselho Nacional de Educação aprovou a nova base curricular para o ensino médio.

Certamente que a introdução desse receituário empresarial neoliberal visa responsabilizar os educadores pelo fracasso escolar, além de estimular uma prática educativa acrítica. No caso do futuro governo Bolsonaro, a tentativa de implementar o projeto escola sem partido, que visa acabar com a pluralidade de ideias nas escolas, é a consolidação desse projeto. Por isso, temos que mobilizar a categoria para barrar mais esse retrocesso; também temos que apoiar todas as iniciativas de encontros e convenções da classe trabalhadora construídos de forma unitária. Só assim, poderemos derrotar a tentativa do governo de retirada de nossos direitos trabalhistas e de nossa autonomia pedagógica. Seguiremos acreditando que só a luta organizada e unificada nas ruas mudará nossas vidas.

3º Congresso Estadual de Educação (COED): homenagem a Paulo Freire

O 3º Congresso Estadual de Educação do Rio de Janeiro (COED), programado para ocorrer em abril de 2019, fará a revisão e atualização do Plano Estadual de Educação e será um momento importante para levarmos as propostas da categoria. O Sepe debateu e construiu propostas que foram aprovadas na etapa intermunicipal do 3º COED. Vamos denunciar a destruição da educação pública em nosso estado e apresentar nossas contrapropostas de educação pública que queremos. O Sepe inclusive fará plenária com os delegados eleitos para organizar a nossa atuação.

O Sepe já disponibilizou no seu site o Caderno de Moções aprovadas na plenária e que serão apresentadas no Congresso. São elas: 1) Moção de repúdio à Contrarreforma do Ensino Médio e à Base Nacional Comum Curricular; 2) Cumprimento da Lei 11738, que garante o pagamento do piso nacional no nível inicial da carreira e o 1/3 da carga horária livre para planejamento; 3) Valorização do profissional Administrativo, com Inclusão no plano de Carreira da educação e pagamento do piso Nacional previsto na Constituição; 4) Gestão democrática da escola; 5) Contra o projeto "escola sem partido" – pela escola sem mordaça; 6) Contra o fechamento de escolas. 7) Ensino à distância; 8) Assédio moral; 9) Moção Propositiva com vistas à homenagear o educador Paulo Freire, colocando seu nome no III COED - essa última moção foi aclamada na maioria dos 12 encontros regionais, emocionando os educadores presentes. Resgatar Paulo Freire é fundamental nesse momento.

No Congresso, os governos vão discutir a implementação da BNCC na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio (veja box a seguir), assim como a reforma do Ensino Médio, em todas as redes. O governo do Rio e várias prefeituras também querem legalizar e institucionalizar o desmonte dos planos de carreira e a retirada de direitos; fechamento de escolas; a expansão precarizada da Educação Infantil; avaliações externas; controle do trabalho dos educadores; meritocracia, entre outros ataques.

Nova diretoria do Sepe foi eleita para o triênio 2018/2021

Nos dias 3 a 5 de julho foi realizada a eleição para a escolha da nova diretoria do Sepe Central, Núcleos e Regionais. Votaram, para o Sepe Central, 17.989 filiados, sendo 16.788 votos válidos. Eis o resultado por ordem de votação para o Sepe Central:

Chapa 3 - Sepe na Luta: 4.354 votos (25,94% do total de votos válidos) – 12 diretores;

Chapa 4 – Sepe de Base: História, Renovação e Luta: 3.448 votos (20,54%) – 10 diretores;

Chapa 2 - Oposição: Por um Sepe de Vitórias: 3.363 (20,03%) – 10 diretores;

Chapa 1 – Unidade, Democracia e Luta, se faz com a Categoria: 3.023 (18,01%) – 9 diretores;

Chapa 5 - Sepe com a Base: Feminista, Democrático e de Luta: 1.598 (9,52%) – 4 diretores;

Chapa 6 - Oposição Pela Base: Por um Sepe de Luta, Classista e Democrático: 1.002 (5,97%) 3 diretores.

Escândalo: CNE aprovou Base Curricular do Ensino Médio

O Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou dia 04/12 a base curricular do ensino médio. De acordo com a decisão normativa do CNE, apenas Linguagens e Matemática terão carga horária obrigatória nos três anos desse nível e as outras disciplinas poderão ser distribuídas ao longo do período. A implantação da nova base curricular para o ensino médio tem causado polêmica e desconfiança de especialistas no setor, que apontam a falta de diálogo com a base dos profissionais de educação e com a sociedade durante a formulação do projeto.

Além de suprimir temas como o combate às discriminações de raça, gênero e orientação sexual — indo ao encontro do ideário defendido pela Escola Sem Partido e suas Leis da Mordaça — e excluir disciplinas que dão acesso ao conhecimento social e histórico, esta BNCC favorece a entrada do interesse mercantilista na educação básica, a exemplo do que já acontece há anos no ensino superior. Vale lembrar que, juntamente com o enxugamento do currículo, com a definição de que 40% da carga horário do ensino médio podem ser cumpridos via itinerários formativos, o MEC aprovou, em novembro, o uso de educação à distância (EAD) na etapa, o que compromete a qualidade, causa desemprego, favorece ainda mais a lógica empresarial e a transformação do ensino em mercadoria.

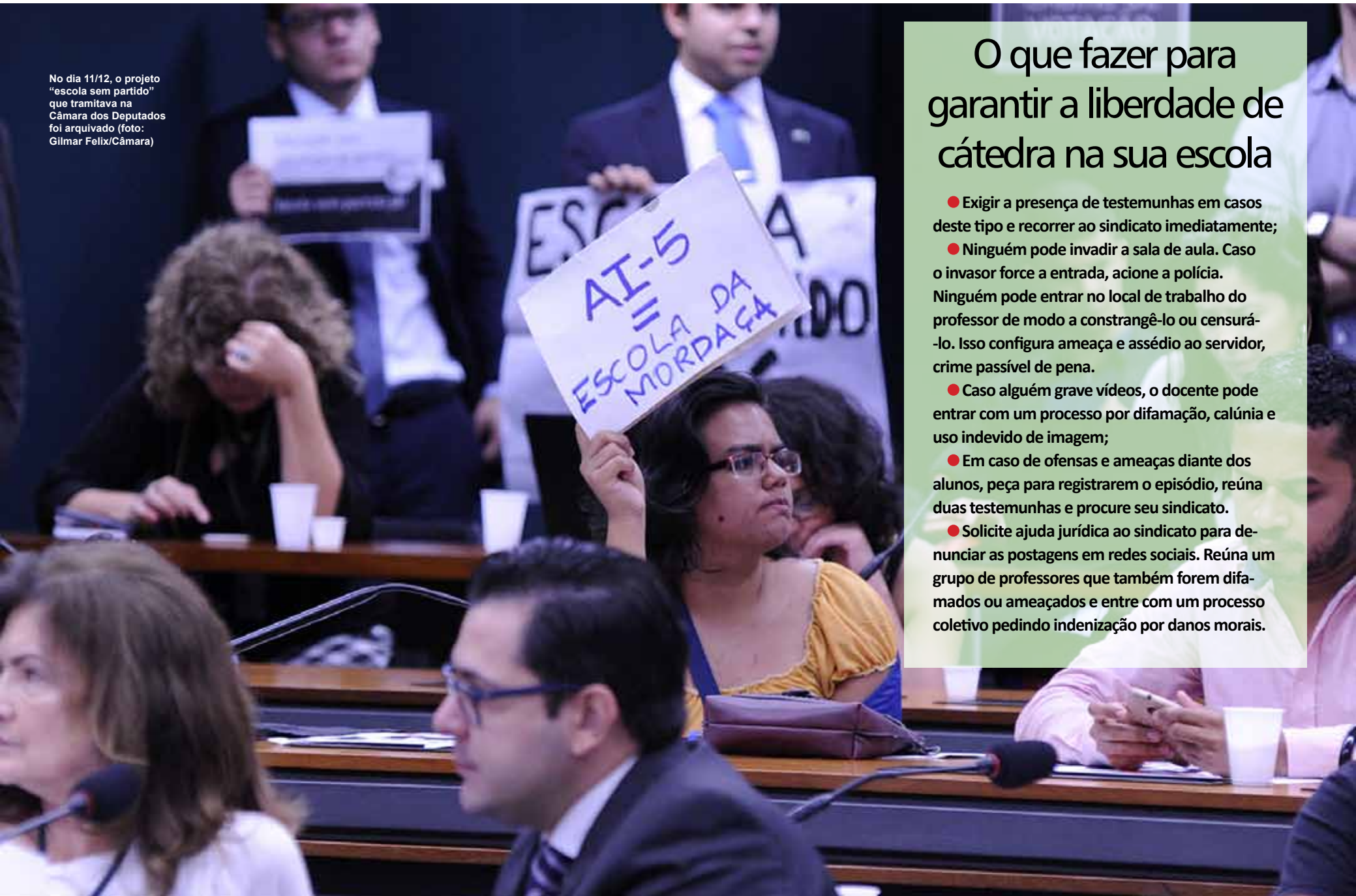
Escola sem Mordaça: pensamento crítico integra processo educacional

Com o resultado das eleições gerais 2018 testemunhamos o avanço nas mídias convencionais e redes sociais de discursos defendendo a implementação imediata do projeto "Escola Sem Partido" (ESP), entre outros de pauta conservadora. O fato se torna mais preocupante, quando até o novo ministro da Educação, Ricardo Veléz Rodrigues se declarou um defensor do projeto.

Este verdadeiro "aval" daqueles que deveriam, antes de tudo, ter uma postura democrática e de defesa da Constituição Federal, que garante a liberdade de cátedra, abre espaço para uma série de atos com ampla divulgação na imprensa, nos quais ataques a escolas e universidades com invasão dos seus espaços ou chamamentos para que "alunos denunciem e filmem" professores em sala de aula estão se tornando uma realidade assustadora.

No dia 25 de novembro, o deputado federal eleito pelo Rio de Janeiro, Daniel Silveira (PSL), ameaçou a diretora do Colégio Estadual Pedro II (CENIP), em Petrópolis. O motivo do ataque, segundo ele, foi por ela ter "retaliado" funcionários que permitiram a sua entrada – indevida – na unidade. Antes desse ataque, uma deputada eleita por Santa Catarina, Ana Carolina Campagnolo (PSL), divulgou pelas redes sociais um disque-denúncia, para que alunos denunciassem e filmassem professores que ministrem conteúdos considerados de cunho político em sala de aula. A Justiça, provocada pelo MP, mandou a futura deputada retirar o vídeo.

Existem no STF três ações de Inconstitucionalidade (ADI) contra a lei ESP aprovada no estado de Alagoas e que está suspensa por força de liminar obtida pelo movimento sindical – o mérito dessas ações serão julgados em 2019 e terão repercussão geral na Justiça. No dia 11/12, o PL do ESP que tramitava desde 2014 na Câmara dos Deputados (PL 7180/2014) foi arquivado por uma Comissão Especial. Assim, a votação ficará para a próxima legislatura. Ou seja, a categoria e os movimentos sindical e social têm que reagir aos ataques – inclusive, o Manual de Defesa Contra a Censura na Escola já está disponível no site do Sepe.



No dia 11/12, o projeto "escola sem partido" que tramitava na Câmara dos Deputados foi arquivado (foto: Gilmar Felix/Câmara)

O que fazer para garantir a liberdade de cátedra na sua escola

- **Exigir a presença de testemunhas em casos deste tipo e recorrer ao sindicato imediatamente;**
- **Ninguém pode invadir a sala de aula. Caso o invasor force a entrada, acione a polícia. Ninguém pode entrar no local de trabalho do professor de modo a constrangê-lo ou censurá-lo. Isso configura ameaça e assédio ao servidor, crime passível de pena.**
- **Caso alguém grave vídeos, o docente pode entrar com um processo por difamação, calúnia e uso indevido de imagem;**
- **Em caso de ofensas e ameaças diante dos alunos, peça para registrarem o episódio, reúna duas testemunhas e procure seu sindicato.**
- **Solicite ajuda jurídica ao sindicato para denunciar as postagens em redes sociais. Reúna um grupo de professores que também forem difamados ou ameaçados e entre com um processo coletivo pedindo indenização por danos morais.**

Rede municipal do Rio de Ja

O prefeito Marcelo Crivella, que teve como eixo da campanha para sua eleição o "cuidado com as pessoas", na realidade se apresenta como um verdadeiro "descuidado", pois a situação dos profissionais de educação nas 1.537 unidades da rede municipal se torna a cada dia mais precarizada. A categoria, assim como o conjunto do funcionalismo, já está há dois anos sem qualquer reajuste, além de enfrentar a mudança do calendário de pagamentos que passou para o 5º dia útil. Numa só canetada, no final do primeiro ano de seu mandato, o prefeito desorganizou a vida financeira de cerca de 180 mil servidores.

Outros setores também estão sendo afetados, como a Saúde, que vive uma das piores crises da história: a privatização dos serviços por meio da contratação de Organizações Sociais para gerir o sistema de Postos de Saúde, Hospitais e Clinicas da Família comprovou as nossas piores perspectivas e, hoje, as unidades não conseguem dar conta desde os atendimentos mais simples até os de média e alta complexidade.

A realidade das unidades de Saúde se transformou num verdadeiro caos, com filas e pacientes em macas e no chão dos corredores à espera de atendimento, emergências fechadas e falta de medicamentos – a isso se soma a péssima estrutura, que pode causar desastres, como o recente incêndio na Emergência do Hospital Lourenço Jorge, na Barra da Tijuca, causando três mortes de pacientes.

Em outros setores, como Habitação, Cultura e Obras Públicas, a gestão de Crivella também tem se mostrado um fracasso.

Merendeiras são vítimas das condições precárias de trabalho

As merendeiras fazem parte da categoria funcional que têm muitas readaptações por causa das precárias condições de trabalho. E a medida que adoecem são substituídas por terceirizadas que não têm nem ao menos o direito de receber o salário em dia nem os seus direitos trabalhistas depositados pelas empresas prestadoras de serviços.

O Agente Educador, apesar de ser um dos profissionais fundamentais na educação, inclusive para garantir a segurança dos alunos na escola durante o recreio, é mais um cargo para o qual não existe a realização de concurso público. Assim como porteiros que foram convocados quando ocorreu a tragédia na escola Tasso da Silveira, mas infelizmente, não fazem parte do quadro funcional da maioria das escolas. Defendemos 30 horas pra funcionários, assim como o reconhecimento do nível médio.

A falta de compromisso com a educação aumenta cada vez mais no atual governo. Além de não haver investimento na inclusão de pessoas com deficiência na educação pública municipal. Há um norte que aponta para volta da INTEGRAÇÃO, conceito que foi rejeitado pela comunidade escolar, pois não cumpre o papel social que defendemos que é o da INCLUSÃO realizada de forma responsável.

Prefeito quer

As escolas apresentam condições precárias em sua grande maioria. Faltam recursos humanos e estruturais. Mesmo diante da escassez de recursos o governo municipal quer implantar educação à distância no PEJA (Programa de Ensino de Jovens e Adultos), demonstrando total desconhecimento da realidade da rede municipal de educação e de seu público. Muitos alunos não têm acesso à internet e também não tem condições de avançar no processo ensino/aprendizagem apenas com mediação virtual.

Há estudos que apontam para existência de um grande número de analfabetos na cidade do Rio de

neiro sob ataque de Crivella

Profissionais da rede municipal presentes à votação do pedido de impeachment de prefeito do Rio, acusado de improbidade administrativa (Foto: Samuel Tosta)

atacar o PEJA

Janeiro. O que evidencia a necessidade de abertura de novas escolas e salas de PEJA e neutraliza o argumento de que não existe procura por parte do público alvo. O que não ocorre na realidade é a divulgação da oferta.

Defendemos um PEJA que inclua a comunidade, como por exemplo, implantar salas de PEJA diurno para que os responsáveis pelos alunos que não concluíram os estudos na idade adequada tenham a oportunidade de estudar no mesmo horário que seus filhos. Não aceitamos nenhuma mudança que não seja discutida amplamente com a comunidade escolar.

Plenária na Uerj discutiu o Peja

No dia 23/11/2018, O Sepe e o Fórum EJA realizaram uma plenária na UERJ para discutir a proposta da prefeitura do uso da metodologia semipresencial nos PEJAS da cidade. A plenária contou com a presença de mais de 100 profissionais, que debateram e aprovaram as seguintes propostas:

- Realizar, com os autores do Projeto de Lei do EJA (vereadores Brizola Neto e Reimont) e com as comissões de Educação e de Infância e Adolescência, Audiência Pública na Câmara municipal;
- Nas discussões que ocorrerão em janeiro na Câmara de Vereadores-RJ sobre a EJA, cobrar o cumprimento da Lei do CEJA e uma nova resolução alterando o texto aprovado no dia 23/11;
- Apoiar a emenda (vereador Tarcísio) que reintegra os valores para os PEJAs no orçamento de 2019;
- Cobrar da prefeitura um processo de ampla divulgação sobre a abertura de matrículas nos PEJAs;
- Divulgar Carta à comunidade escolar sobre a situação dos PEJAs e a importância da EJA como um direito constitucional;
- Acompanhamento dos casos de retirada arbitrária de professores do PEJA, reivindicando o direito de origem;
- Cobrar uma política mais efetiva de formação continuada dos docentes do PEJA;
- Organização de um encontro para discutir a EJA no ensino médio, culminando com um encontro sobre a Educação de Jovens e Adultos em todas as redes municipais e estadual;
- Reivindicar a promoção de mais espaços de diálogo entre o ensino regular e o PEJA;
- Cobrar da SME que o debate curricular da EJA seja feito com o conjunto da rede;
- Questionar a pressão existente em várias unidades escolares para a matrícula dos estudantes com deficiência nos PEJA;
- Solicitar uma audiência com o MP;
- Reivindicar a construção do Congresso do PEJA com toda a comunidade escolar;
- Construir uma campanha em defesa do PEJA: petição online, coleta de apoios etc;
- Entrega de documento sobre o PEJA na plenária pública da CME-RJ;

Rede Estadual: escolas sem professores e sem funcionários

Desmotivados por causa dos baixos salários e das condições de trabalho, cada vez mais professores e funcionários deixam a rede estadual e aumentam a carência de profissionais nas escolas. Em 2017, 2.144 professores saíram da rede por exonerações e pedidos de aposentadoria. Neste mesmo período, 634 funcionários deixaram os quadros do estado pelos mesmos motivos.

Os números de 2018 (veja o quadro nesta página) ainda estão sendo computados a partir de consultas realizadas pelo Sepe junto ao Diário Oficial do Estado. Mas os números devem ser piores do que o de 2017, já que um cruzamento feito pelo Tribunal de Contas do Estado junto às prefeituras e ao governo estadual determinou a exoneração de cerca de 1.200 professores por causa do acúmulo de matrículas destes profissionais.

O problema da carência é crônico, já que o governo estadual não convoca novos concursos para professores e funcionários há anos. Hoje, faltam pelo menos sete mil professores e 12 mil funcionários, entre serventes, merendeiras, porteiros, inspetores de alunos e pessoal de secretaria. Em setembro, a imprensa noticiou que a SEEDUC pretende abrir um concurso para professor da rede estadual com cerca de 1.200 vagas, mas este número não será suficiente para cobrir o déficit nas escolas. O governo também não convoca os remanescentes de concursos antigos, que se encontram no banco de aprovados mas até hoje não foram chamados.

Em balanço de gestão, Victer não falou sobre falta de profissionais

No dia 12 de dezembro, a Comissão de Educação da Alerj realizou uma audiência pública e convocou o secretário de Educação, Wagner Victer, para apresentar um balanço de fim de gestão. O Sepe, assim como várias entidades, profissionais de educação, representantes de comunidades escolares e deputados participaram da reunião. Victer fez um balanço da sua gestão, apresentando uma série de iniciativas que, segundo ele, teriam melhorado as condições das escolas mas, em nenhum momento reconheceu o grave problema da falta de professores e funcionários nas unidades.

A direção do Sepe lembrou que a fala do secretário não reflete o sentimento da categoria no cotidiano das escolas, refletido na falta de materiais, no fechamento de unidades, turmas e turnos. O sindicato mostrou que a falta de profissionais é decorrente da falta de concursos e da política de terceirização que explora os funcionários terceirizados, os quais não têm seus direitos respeitados. Lembramos também da tentativa de esvaziamento do papel político da direção das escolas, com a transformação dos diretores em gerentes e o não cumprimento, até hoje, da Lei 11738/2008 (Piso Nacional do Magistério) e a não implantação do 1/3 de planejamento.

Pezão foi preso dia 29/11 por ordem do STJ

No dia 20/11, o governador Luiz Fernando Pezão foi preso pela Polícia Federal, a mando do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por suspeita de corrupção, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. Segundo a denúncia, Pezão manteve o esquema de corrupção do ex-governador Cabral. Além disso, o governo Cabral/Pezão concedeu isenções e benefícios fiscais que totalizaram mais de R$ 200 bilhões, entre 2007 e 2018; todo esse dinheiro deixou de ser investido nos serviços essenciais à população, ajudou a falir o estado e é uma das bases das acusações de corrupção.

LEVANTAMENTO DAS APOSENTADORIAS, EXONERAÇÕES E CHAMADAS DA REDE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO 2018.

Meses	Aposenta Professor	Aposenta Funcionário	Exonerações a pedido professor	Exonerações a pedido funcionário	Exonerações Ex-Oficio professor	Exonerações Ex-ofício funcionário	Chamadas Concurso professor	Chamadas Concurso funcionário	Exclusão convocação concurso Ano 2011 PI 16 e 30h	Demite p/ transgredir Lei complementar nº 85/1996. Falta 10 dias consecutivos
Janeiro	111	41	33	**03**	**10**	**01**	**300**	**-**	**12**	
Fevereiro	44	20	-	-	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	
Março	135	69	30	02	-	-	-	-	06	
Abril	168	75	01	-	-	-	02	-	36	
Maio	123	62	13	05	-	-	-	-	506	-
Junho	165	51	91	02	-	-	-	-	77	-
Julho	124	49	01	-	-	-	02	-	01	-
Agosto	140	54	106	04	-	-	-	-	-	-
Setembro	112	24	44	08	-	-	358	02	-	-
Outubro	124	54	54	-	-	-	-	-	-	-
Novembro										
Dezembro										
Total										

Rede estadual define eixos de lutas para 2019

A assembleia da rede estadual de 24/11 definiu os seguintes eixos de luta para 2019: 1) Defesa do emprego e da estabilidade; 2) Contra o Escola sem Partido; 3) Contra a Reforma da Previdência; 4) Implementação imediata do 1/3 de planejamento e pauta pedagógica; 5) Assembleia Geral da rede estadual dia 23 de fevereiro, às 14h, no Clube Municipal (Rua Haddock Lobo, nº 359, Tijuca, auditório do 4º andar) – vamos discutir nossa campanha salarial.

Calendário

- 9 de fevereiro: Conselho Deliberativo da Rede Estadual;
- 9 a 22/02: Assembleias Locais;
- 23/02: Assembleia da Rede Estadual, às 14h. Local: Clube Municipal (Rua Haddock Lobo, nº 359 - Tijuca - auditório do 4º andar);
- 30/03: Plenária de Terceirizados.

Vamos lutar para resgatar o piso salarial e condições de trabalho

Pezão manteve a política de descaso dos governadores anteriores, incluindo Sérgio Cabral. Após quatro anos sem qualquer reajuste, a categoria ainda sofre com a mudança no calendário de pagamento e o aumento da alíquota previdenciária, fatores que contribuem ainda mais para a perda do poder aquisitivo dos salários já minguados: o professor inicia recebendo apenas R$1.179,35 e funcionários R$ 688. O governo do Estado não cumpre a Lei 11.738 (Piso do professor e 1/3 de carga horária para planejamento) e a Constituição (paga menos do que o salário mínimo de piso para o funcionário).

A falta de investimento em manutenção e infraestrutura prejudica o funcionamento das escolas, colocando em risco a vida dos profissionais e alunos. Faltam materiais básicos para o cotidiano escolar e os serviços ficam a cada dia mais precarizados. Como se não bastasse a falta de investimento na Educação, Pezão e Victer ainda tentam a todo custo fechar escolas ou promover a reestruturação das unidades, acabando com turnos e turmas. Dados mostram que 49 escolas – a maioria de ensino noturno – já foram fechadas durante a gestão de Pezão.

Outro fator que demonstra a inexistência de uma política pública para a educação estadual é a carência de professores e funcionários nas escolas. Sem concurso público para funcionários há vários anos, a falta de pessoal de portaria, inspetores e secretários escolares torna mais difícil o funcionamento das unidades e sobrecarrega os profissionais. Essa situação leva milhares de profissionais ao adoecimento - segundo dados da Secretaria de Saúde do Estado, em 2017 foram 3.767 licenças médicas sendo 48% pela psiquiatria. Em 2018, até setembro, foram mais de 1.400 sendo 47% pela psiquiatria.

Dornelles vetou PL das 30 horas para inspetores de alunos da rede estadual

O governador em exercício, Francisco Dornelles, vetou hoje o Projeto de Lei 2053/2016, que alterava a Lei 1348/1988 e estenderia para o segmento dos inspetores de alunos das escolas estaduais a carga horária de 30 horas. O veto foi publicado hoje (dia 11/12) no Diário Oficial do Estado. Dornelles justificou o veto total ao projeto, que tinha sido aprovado no dia 14 de novembro em segunda discussão pelo plenário da Alerj, alegando que a inclusão dos inspetores à categoria de pessoal administrativo educacional com cumprimento de 30 horas de trabalho semanal interfere em área de atuação da chefia do Executivo estadual. Agora é pressionar a Alerj a colocar em votação o veto e tentar derrubar, como ocorreu com a maioria dos demais vetos do governador.

De autoria dos deputados Comte Bittencourt (PPS), Flávio Serafini (PSol), Waldeck Carneiro (PT) e Tio Carlos (SD), a proposta alteraria a Lei 1.348/88, que regulamenta o quadro de funcionários da Seeduc e incluiria os inspetores no quadro de pessoal administrativo com carga de 30 horas; era uma reivindicação do Sepe e deste segmento da categoria para corrigir uma distorção causada por um projeto aprovado em 2016 na Alerj que deixou a classe de fora. A nova carga horária já havia sido estendida a todos os profissionais administrativos, exceto a categoria dos inspetores e o projeto vetado hoje reparava esta injustiça.

Sepe denunciou políticas da SEEDUC ao Ministério Público Estadual

A direção do Sepe/RJ reuniu-se, no dia 6 de dezembro, com a coordenadora do Centro de Apoio Operacional (CAO)/Educação do Ministério Público do Rio de Janeiro (MP/RJ), promotora Débora da Silva Vicente. Na reunião, o Sepe entregou estudo do DIEESE, demonstrando que mais da metade dos municípios do Estado do Rio não pagam o piso Nacional do Magistério. Também foi discutida a importância dos funcionário administrativos, o desmonte das escolas estaduais, as condições de trabalho e o projeto da SEEDUC de terminalidade do ensino fundamental na rede estadual.

O Sepe se comprometeu em levantar os dados para subsidiar ações do CAO/Educação junto às procuradorias dos municípios do Interior e aos Ministérios Públicos da Educação da Baixada e Grande Rio. Em fevereiro vamos entregar mais uma parte do levantamento. Será mais um passo na luta pela valorização do magistério e dos funcionários administrativos e contra o fechamento de escolas.

Os procuradores informaram que continuam a denunciar, na Justiça, o fechamento de turmas, turnos e escolas no estado, conforme denúncias do Sepe.

Estiveram presentes diretores do Sepe representando a capital, Niterói, São Gonçalo, Volta Redonda, Saquarema, São João de Meriti, Friburgo, Caxias.

Filie-se ao Sepe – conheça a nossa luta em todo o estado

O Sepe organiza, desde 1977, a luta dos profissionais de educação em todo o estado do Rio. Nossa mobilização garantiu em 2018 conquistas importantes – veja aqui algumas delas e a luta nos municípios:

1) Em dezembro, a Alerj derrubou o veto de Pezão à lei que dificulta o fechamento e transferência de escolas sob administração estadual - inclusive os colégios técnicos;

2) A partir de Ação na Justiça feita pelo Sepe, o pagamento da bonificação do Nova Escola a milhares de aposentados continuou a ocorrer em 2018;

3) Publicação da Resolução 88 da SME-RJ instituiu o Calendário Escolar de 2018. A publicação desta resolução e a criação dos chamados "Centrinhos" é uma vitória do Sepe e da categoria e um passo para a conquista do 1/3 de atividade extraclasse. Vários municípios também estão conseguindo a implementação do piso nacional e do 1/3 da carga horária;

4) Em 29/11, o Sepe se reuniu com os procuradores do Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual para tratar do projeto "Escola sem partido". O sindicato expressou sua posição contrária ao projeto e sua preocupação com o assédio que vem ocorrendo nas escolas. Os procuradores reafirmaram a posição institucional de inconstitucionalidade do projeto de lei, conforme parecer da Procuradoria Geral da República. O sindicato representará ao MPE e ao MPF um dossiê com as denúncias;

5) Em outubro, o Sepe conseguiu uma liminar contra o sistema de Reestruturação da SEEDUC. Com a decisão, o estado não pode, entre outras questões, constranger Professores Docentes II a aderirem à "Rotina de Aproveitamento", tendo que respeitar o direito de opção desses servidores – a decisão está no site do Sepe.

Barra Mansa

O Sepe Barra Mansa ajuizou em agosto ação coletiva contra a modificação da cobertura assistencial do FUNDAMP, realizada pelo prefeito Rodrigo Drable, em mais um de seus ataques contra os servidores e servidoras.

Em março, o sindicato conseguiu na Justiça impedir que a prefeitura (Proc. N° 0068944-59.2017.8.19.0000) promovesse a entoação do pai nosso nas escolas públicas. O desembargador relator do caso, Ferdinaldo Nascimento, fundamentou sua decisão aduzindo que: "Como sabido, o Estado brasileiro é laico, secular ou não confessional. Por conseguinte, ao contrário do que afirma o agravante (Município de Barra Mansa), a entoação do Pai Nosso não é e jamais poderia ser um dever do Estado".

Belford Roxo

Em setembro, o Sepe Belford Roxo realizou seu "I Colóquio de Educação e Práticas Pedagógicas". O evento foi realizado no auditório da OAB, com certificado de carga horária aos participantes. O sindicato, em 2018, realizou uma campanha de apoio aos aposentados do município: a prefeitura não paga os salários dos aposentados desde setembro.

Cachoeiras de Macacu

Os profissionais de Educação da rede municipal de Cachoeiras de Macacu realizaram greve em protesto contra a falta de negociação da database vencida no mês de março/2014; dois meses de reajustes de 14% devidos desde março do ano passado; e falta de condições de trabalho.

Casimiro de Abreu

Em maio, o Sepe Rio das Ostras/Casimiro de Abreu organizou uma paralisação, com ocupação da prefeitura de Casimiro, com as denúncias:

- Agentes e auxiliares de creche permanecem há 3 anos sem reajuste salarial;

- Auxiliares atuando há 12 anos e agentes há 5 anos com desvio de função todos os dias de 11:30 as 13h (para tanto sem horário de almoço), assim como nas demais ausências de professores.

- Pela redução de carga horária para 25h semanais e reajuste salarial!

O Núcleo também acompanhou o caso do professor Thiago, que sofreu agressão em sala de aula, no Ciep Mestre Marçal, com repercussão nacional.

Campos

Um pouco antes da eleição em 2º turno da eleição geral, após denúncia anônima, o Sepe Campos foi ocupado por fiscais do TRE-RJ, que apreenderam material informativo da CNTE. Os materiais impressos, na verdade, comparavam as propostas dos dois candidatos que chegaram ao fim da eleição. Tal ocupação mostrou a falta de transparência e truculência do momento em que estamos vivendo!

Costa Litorânea

O Sepe Costa Litorânea realizou, no dia 29 de setembro, em Araruama, seminário com o tema: "A BNCC e a reforma do ensino médio em debate", com a professora doutora Adriana Penna (IEF-UFF), como palestrante.

Cabo Frio

A assembleia da rede municipal decidiu não encerrar o ano letivo até que o governo pague o décimo terceiro (não lançar nota, não assinar diário etc); a categoria vai lutar para que o salário mínimo do contratado não seja menor que a remuneração do comissionado, que é de R$1.103,62. O Sepe Lagos também irá ao MP para discutir o pagamento dos passivos, para além do fim do governo, e levantar se o TAC em vigor está sendo cumprido.

Duque de Caxias:

Há mais de dois anos, com a posse do prefeito Washington Reis, os profissionais de Duque de Caxias vem lutando uma guerra sem tréguas contra o descaso

e descompromisso do executivo municipal para com o funcionalismo municipal. Desde 2016 o governo fecha o ano sem pagar novembro e 13o salários, e os servidores chegam a ficar 2 meses sem receber.

A precarização das condições de trabalho nas escolas é outro dos malfeitos da prefeitura que resolveu penalizar os servidores pela crise econômica que atinge o estado e os municípios do Rio de Janeiro. Nestes meses de novembro/dezembro, a categoria realiza uma nova greve para obrigar a prefeitura a cumprir os seus compromissos com a população e oferecer melhores condições de trabalho nas escolas e regularizar os salários em atraso.

Itaboraí

A rede municipal realizou greve contra o descaso do prefeito Sadinoel (MDB) com a Educação, como a retirada do 1/3 de planejamento, o direito à greve e a diminuição das licenças sindicais, em uma tentativa de quebrar o instrumento de luta da categoria, que é o sindicato.

Itaguaí

O Sepe fez nota pública e mobilizou a comunidade escolar contra o descaso com a conservação dos prédios público daquele município, o que vem provocando depredação do patrimônio e assaltos.

Macaé

O Sepe Núcleo Macaé realizou em 2018 diversas mobilizações em conjunto com diversos sindicatos locais (SINDGUARDA e SINDSERVI), em defesa dos direitos dos trabalhadores e na luta pela qualidade dos serviços públicos. O núcleo também realizou, em novembro, Ciclo de Palestra sobre a BNCC, Escola sem Partido e Reforma do Ensino Médio.

Mendes

O sindicato convocou paralisações da rede municipal em defesa de reajuste salarial, 30 horas para os funcionários e PCCS unificado.

Niterói

Os profissionais da educação da Rede Municipal de Niterói protagonizaram importantes lutas durante o ano de 2018. Depois de várias tentativas de negociação com o governo do prefeito Rodrigo Neves (PDT), a categoria deflagrou uma greve no mês de maio reivindicando principalmente: descongelamento do plano de carreira; pagamento dos enquadramentos atrasados; incorporação dos adicionais transitórios; reajuste salarial; 30h para funcionários; direitos iguais para profissionais contratados; e criação de cargos e convocação dos concursados aprovados no último concurso.

A luta pela distribuição de uniformes e kits de material escolar para os alunos, pela melhora na qualidade da merenda escolar e contra o desmonte da educação inclusiva abriu um importante canal de diálogo entre o movimento grevista e as comunidades escolares. A greve contou com o apoio e participação de mães, pais e responsáveis por alunos com deficiência da rede. Depois de 15 dias de greve, finalmente, o prefeito chamou audiência de negociação e se comprometeu a atender parte da pauta. Seguimos em luta em defesa da educação pública de qualidade social para todos e dos direitos dos profissionais da educação

Queimados

O Sepe lançou campanha contra o reajuste ridículo da prefeitura para os seus servidores de 1%, com a feitura de um boletim do sindicato, que também denunciou o desvio de função na categoria.

São João de Meriti

Estamos no fim de 2018 e a Educação em São João de Meriti continua se deparando com as precarizações constantes na rede municipal. Temos demandas que se arrastam por anos e o governo não apresentou, até agora, perspectivas de melhoras. O Sepe Meriti tem denunciado vários problemas, participado de audiências, buscando alternativas e soluções para a valorização da Educação e dos seus profissionais, mas são poucos os avanços. Desde 2017, a rede não tem reajuste salarial e, há dez anos, o auxílio transporte é de R$ 50,00. Mesmo depois de várias reuniões, as reformulações do plano de carreira não foram implementadas, tais como enquadramentos, mudança de níveis, entre outros itens. Mesmo com a exigência do PNE de democratização e do Plano de Carreira as eleições para diretores de escolas não foram regulamentadas.

São Pedro da Aldeia

A luta dos profissionais de educação da rede municipal de São Pedro da Aldeia, que realizaram uma greve durante os meses de agosto e setembro alcançou vitórias, como: o retorno da carga horária de 30h dos funcionários; convocação e novos concursados; regularização do salário dos recreadores e dos DOC I; descongelamento dos enquadramentos; entre outras vitórias. Estas demandas faziam parte da nossa rede há anos.

Petrópolis

No dia 2 de setembro, os profissionais das escolas municipais de Petrópolis suspenderam a greve iniciada no final de julho, que mobilizou a categoria e a população da cidade para obrigar a prefeitura a atender às reivindicações da rede municipal. Durante os quase três meses de paralisação, foram realizadas diversas atividades massivas de rua, como passeatas, atos públicos, sempre com o apoio de participação da comunidade aos professores e funcionários.

Pressionada pela força do movimento, a prefeitura anunciou uma proposta de descongelamento do PCCS da Educação e a apresentação dos projetos de redução de carga horária dos funcionários administrativos pelo Sepe e pelo COMED, além da realização do concurso de remoção e redimensionamento da rede para possibilitar a redução da carga horária dos docentes, a confirmação da eleição para diretores das unidades escolares, com regulamentação nesse semestre. Além disso, o Sepe vem apoiando a diretora do Colégio Estadual Pedro II (CENIP) contra o ataque que vem sofrendo do deputado federal eleito pelo Rio de Janeiro, Daniel Silveira (PSL).

São Gonçalo

Os profissionais da educação de são Gonçalo fizeram uma greve de 3 de agosto à 16 de outubro, conquistando reajuste salarial para o professor e funcionário: esse ano, todo o funcionalismo, através da greve da educação, teve 7.07% de reajuste. Em 2019 o professor terá 23% ao longo do ano e o funcionário 14%, ambos para ajustar o piso inicial do plano de carreira unificado. Importante salientar o reconhecimento do cargo de funcionário da Educação. A implementação do aumento salarial tem a garantia de TAC assinado com a prefeitura, com a mediação do Ministério Público Estadual e aponta a política salarial até 2021; além disso, não houve descontos dos dias parados, nem dobras ou horas extras – a reposição está sendo discutida com a comunidade escolar.

A mobilização dos pais de alunos em apoio da greve na educação foi um dos pontos altos da luta para exigir do prefeito Nanci o cumprimento dos acordos e atendimento das reivindicações da categoria. A participação nas mobilizações de rua, assembleias e atos públicos foi organizada pelos próprios responsáveis que viram na luta da categoria por melhores condições nas escolas uma causa justa. Além disso, a luta chamou a atenção de todas as mídias.

Aposentadas realizaram 41º Encontro e lançam a Carta de Teresópolis

Os aposentados e aposentadas das escolas públicas do Rio de Janeiro realizaram seu Encontro anual, no município de Teresópolis, de 27 a 29 de novembro, com a presença de 200 aposentados de diversos núcleos do Sepe (Rio de Janeiro, Barra Mansa, Volta Redonda, Niterói, Caxias, São Gonçalo.

No primeiro dia, a história do Sepe foi apresentada pelas professoras Hildézia Medeiros (de 1977 a 1987); Florinda Lombardi (1988 a 1998); Maria das Dores Motta (1999 a 2009); e Gesa Corrêa (2010 a 2018). No segundo dia, foi discutida a conjuntura, com Tarcísio Motta (vereador e ex-diretor do Sepe) e Gualberto Tinoco (diretor da CSP/Conlutas-RJ e ex-diretor do Sepe). No dia 29, foi realizada a Plenária Final, com aprovação do Plano de Lutas e da Carta de Teresópolis, que publicamos a seguir:

41º Encontro Estadual de Aposentadas e Aposentados da Educação Pública-RJ

Ao Governador, Prefeitas(os), Deputadas(os) Federais, Deputadas (os) Estaduais e Vereadoras (es) do Rio de Janeiro, Conselho de Pessoa Idosa, Ministério Público, OAB, OIT e demais entidades que atuam na defesa dos direitos das(dos) aposentadas e aposentados.

Hildézia Medeiros, ex-presidente do Sepe, fala sobre a história dos primeiros anos do sindicato no Encontro de Teresópolis (foto: Beto Padilha)

Nós, profissionais de educação aposentadas e aposentados filiadas(os) ao SEPE/RJ, reunidas (os) no 41º Encontro Estadual de Aposentadas (os), na cidade de Teresópolis, definimos como tema do nosso Encontro "APOSENTADAS (OS), CATEGORIA, SINDICATO E SOCIEDADE". Nesse sentido, vimos apresentar algumas questões relevantes para nossas vidas, e ao mesmo tempo reivindicar solução imediata para situação que estamos vivendo, não somente na rede estadual, mas também em alguns municípios deste estado.

É necessário dimensionar os ataques sofridos por todas as trabalhadoras e trabalhadores da educação, principalmente aposentadas (os) e pensionistas desde o ano de 2015, quando sistematicamente foram desrespeitados seus direitos básicos.

A prioridade legal prevista para idoso em geral, lei 10.741de 01/10/2003 que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, tanto no Estado do Rio de Janeiro quanto em muitos municípios tem sido letra morta, com medidas inadmissíveis como a alteração das datas de pagamento, ausência de reajustes, atrasos de salários por vários meses (agravadas por muitos gestores que dizem não reconhecerem como suas responsabilidades dívidas de dirigentes anteriores), causando ações de constrangimento em vários níveis, como inadimplência, protestos de títulos, despejo e consequências dramáticas como depressão que tem levado ao suicídio profissionais de Duque de Caxias, Belford Roxo, São João de Meriti.

Em vários momentos temos visto a violação de nossos direitos trabalhistas por parte do Poder Executivo. Recorremos ao Poder Judiciário para reestabelecer e garantir esses direitos. Contudo, mesmo com parecer favorável de ações judiciais ganhas, não são levadas a cabo, pois o governo se nega a pagar. Exigimos o cumprimento imediato das ações judiciárias já julgadas e ganhas.

Além disso, impõe-se a nós um discurso de déficit nos fundos previdenciários. Exigimos uma auditoria nas contas dos fundos previdenciários (Rioprevidência, PreviRio e dos demais municípios), garantido no princípio da transparência administrativa. A nossa luta é pelo controle social dos fundos de forma a viabilizar uma previdência saudável com pagamento em dia do salário dos aposentados e aposentadas.

Nós, aposentados da educação, sempre exercemos nossa função objetivando a pedagogia da emancipação do ser humano, defendida pelo Mestre Paulo Freire: "Que é mesmo a minha neutralidade senão a maneira cômoda, talvez mais hipócrita de esconder minha opção ou meu medo de acusar a injustiça?"

Portanto, consideramos inadmissível o projeto da Escola Sem Partido, que visa acabar com o direito de livre expressão e de cátedra. Defendemos a educação crítica, plural, democrática, laica e socialmente referenciada.